

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

Demonstrações financeiras
em
31 de dezembro de 2024 e
2023 e relatório do auditor
independente



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanco patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	12

***Parque Eólico
Serra do
Seridó XI S.A.***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas
Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



		<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativos	Nota		
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	317.373	252.831
Títulos e valores mobiliários	5	15.858.762	9.725.391
Contas a receber	6	3.267.022	3.398.508
Contas a receber de partes relacionadas	18.1	46.104.595	-
Tributos a recuperar		331.371	416.011
Adiantamentos a fornecedores		164.350	149.036
Despesas antecipadas		1.369	783.371
Outros ativos		1.000	-
		66.045.842	14.725.148
Não circulante			
Imobilizado	7	282.451.295	312.942.489
Direito de uso		194.040	194.040
Outros ativos		-	1.000
		282.645.335	313.137.529
Total de ativos		348.691.177	327.862.677
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Contas a pagar	9	10.642.393	6.901.245
Tributos a recolher	8	453.824	695.670
Contas a pagar a partes relacionadas	18.2	3.979.152	3.824.054
Empréstimos e financiamentos	10	7.101.314	-
Impostos a recolher		422.050	38.001
Passivo de arrendamento		24.543	31.690
		22.060.446	11.490.660
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	130.101.431	-
Empréstimos com partes relacionadas		16.940.060	176.340.895
Passivo de arrendamento		178.269	178.268
Impostos diferidos		100.625	114.074
Passivo para descomissionamento		562.830	-
		147.883.215	176.633.237
Patrimônio líquido			
Capital social	12.1	182.365.202	140.987.594
Prejuízos acumulados		(3.617.686)	(1.248.814)
Total do patrimônio líquido		178.747.516	139.738.780
Total do passivo e patrimônio líquido		348.691.177	327.862.677

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

Demonstração do resultado
 Dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



Receitas e custos operacionais	Nota	2024	2023
Receita líquida de vendas	13	39.563.962	3.516.491
Custos das vendas	14	(23.321.215)	(3.027.964)
Lucro bruto		16.242.747	488.527
Despesas gerais e administrativas	15	(550.999)	(450.820)
Outras receitas e despesas		31.962	(60.616)
Lucro (Prejuízo) operacional		15.723.710	(22.909)
Despesas financeiras	16	(17.903.853)	(1.027.514)
Receitas financeiras	16	1.491.256	61.606
Resultado financeiro		(16.412.597)	(965.908)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(688.887)	(988.817)
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(1.701.244)	(52.217)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	21.259	(114.074)
Prejuízo do exercício		(2.368.872)	(1.155.108)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

*Demonstração do resultado abrangente
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo do exercício	(2.368.872)	(1.155.108)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(2.368.872)</u>	<u>(1.155.108)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

*Demonstração das mutações do patrimônio líquido
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)*



	Capital social	Reserva legal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2023	1.000	-	108.870.900	-	(93.706)	108.778.194
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	32.115.694	-	-	32.115.694
Aumento de capital	140.986.594	-	(140.986.594)	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.155.108)	(1.155.108)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	140.987.594	-	-	-	(1.248.814)	139.738.780
Aumento de capital	41.377.608	-	-	-	-	41.377.608
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.368.872)	(2.368.872)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	182.365.202	-	-	-	(3.617.686)	178.747.516

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(2.368.872)	(1.155.108)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:			
Depreciação e amortização	14	11.654.691	1.042.312
Custos sobre empréstimos e debêntures e juros	16	17.097.410	866.377
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	16	(1.491.256)	(61.606)
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	(21.259)	114.074
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	1.701.244	52.217
		26.571.958	858.267
Variações dos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes	6	131.486	(3.398.508)
Contas a receber de partes relacionadas	18.1	(46.104.595)	-
Adiantamentos a fornecedores		(15.313)	(149.036)
Despesas antecipadas		782.005	(783.371)
Tributos a recuperar		84.640	(415.526)
Outros ativos		-	(1.000)
Tributos a recolher	8	(241.847)	596.427
Contas a pagar	9	(61.132)	10.175.804
Contas a pagar a partes relacionadas	18.2	155.099	2.868.015
		(45.269.657)	8.892.805
Caixa gerado pelas operações		(1.309.387)	(264.578)
Imposto de renda e contribuição social pagos			
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		(20.007.086)	9.486.493
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Pagamentos na aquisição de imobilizado e intangível	7	42.016.392	(202.898.861)
Resgates em títulos e valores mobiliários		(4.642.116)	(9.563.807)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		37.374.276	(212.462.668)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		22.000.000	-
Empréstimos obtidos de partes relacionadas		-	277.965.570
Empréstimos obtidos	10	132.001.325	-
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas	18.3	(158.742.137)	(102.283.373)
Pagamento de juros sobre empréstimos - partes relacionadas	18.3	(9.860.007)	(2.377.531)
Custo de transação de empréstimos		(440.034)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	32.115.694
Instrumentos financeiros derivativos		-	(2.412.297)
Pagamento de empréstimos - principal	10	(78.314)	-
Pagamento de empréstimos - juros	10	(2.176.334)	-
Pagamento de arrendamentos		(7.147)	(44.956)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(17.302.648)	202.963.107
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		64.542	(13.068)
Variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		252.831	265.899
No final do exercício		317.373	252.831
		64.542	(13.068)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

*Demonstração dos fluxos de caixa
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Resultado com instrumentos derivativos	-	1.084.439
Provisão de juros - partes relacionadas	-	2.175.374
Juros sobre arrendamentos	-	43.894
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	-	(1.459.102)
IOF	-	3.595.639
Outras despesas e receitas financeiras	-	(2.080.706)
Aquisição de imobilizado	3.239.450	5.272.427
Adição do direito de uso e passivo de arrendamento	-	205.498
Depreciação do direito de uso	-	10.234
Subscrição de capital com AFAC	-	108.870.900
Subscrição de Capital - Crédito de turbinas	19.377.609	-
Passivo para descomissionamento	562.830	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



1 Contexto operacional

A Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, regularmente constituída, regida pelas normas da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6.404/1976). A Companhia tem sede e principal estabelecimento no Sítio Exu, localizado na Estrada Vicinal que conecta à BR230, na Zona Rural do município de Junco do Seridó, Estado da Paraíba. A companhia é controlada pela Serra do Seridó F2 Holding S.A., detentora de 100% das ações, sendo a holding controlada pela única acionista EDF EN do Brasil Participações S.A.

A Companhia tem como objeto social desenvolver, implantar e explorar a central geradora de energia elétrica de origem eólica denominada EOL Serra do Seridó XI, para fins de produção de energia elétrica. A Companhia foi uma das vencedoras do Leilão de Energia Nova (LEN) A-6, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 18 de outubro de 2019.

A Companhia entrou em operação comercial a partir do dia 24 de novembro de 2023, conforme despacho nº 4.546.

Importante citar ainda que os investidores da Companhia garantem a injeção de capital para manutenção de suas atividades e liquidação de suas obrigações pelo período mínimo de 12 meses, o que culminou, inclusive, também na manutenção de transações de financiamento com partes relacionadas do Grupo.

A Companhia faz parte do Projeto Seridó Fase 2.

1.1 Da autorização para operação

A Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A. faz parte do Complexo Eólico Serra do Seridó Fase 2, localizada no município de Junco do Seridó-PB, a central geradora terá 46.400 kW de Potência instalada. A Companhia tem o compromisso de implantar e explorar o sistema de interesse restrito da EOL Serra do Seridó XI, o qual será compartilhado com outras centrais geradoras, composto pela Subestação Coletora 500/230/34,5 kV, denominada Serra do Seridó, com 5 transformadores 34,5/230 kV de 130 MVA (80/100/130 MVA) e 3 transformadores 230/500 kV de 220 MVA (180/200/220 MVA), e Linha de Transmissão, em 500 kV, com aproximadamente 24 km de extensão, conectado à Subestação de Santa Luzia II, sob a responsabilidade da empresa EKTT 2 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. Abaixo detalhamento do projeto:

Contrato / Leilão	Outorga / Leilão	Data da publicação da portaria MME	Prazo de autorização	Quantidade de aerogeradores	Capacidade Instalada (MW)	Energia vendida (MW médio)
EOL SERRA DO SERIDÓ XI	REA 14.074	21/03/2023	35 anos	8	46,4	23,4622

A apuração de energia produzida será mensal, sendo que, desvios negativos deverão ser restituídos pelas Companhias. Desvios positivos serão pagos de acordo com tarifa pré-estabelecida em contrato.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 19.

2.3 Continuidade operacional

A Companhia auferiu prejuízo líquido no montante de R\$ 2.368.872 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (prejuízo líquido de R\$ 1.155.108 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023), e, nessa data, o ativo circulante excede o passivo circulante em R\$ 43.985.396 (o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 3.234.488 em 31 de dezembro de 2023).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que os prejuízos são esperados uma vez que os parques entraram recentemente em fase operacional e entende que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.4 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, adiantamentos a fornecedores, transações com partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, pelo valor contábil, menos a perda (*Impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 19.

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.6 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

2.7 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

Estimativa	Nota Explicativa
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(a)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(b)
Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos	(c)
Provisão para receita extra/ressarcimento	(d)
Valor justo dos instrumentos financeiros	3.1
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	3.5
Capitalização de custos no ativo imobilizado	3.5
Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida	3.7

(a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em consonância com o CPC 25, uma provisão só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(b) **Imposto de renda e contribuição social diferido**

O cálculo de imposto de renda e a contribuição social diferido normalmente envolve estimativas para determinar o lucro tributável e as diferenças.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são mensurados pela diferença tributária temporária decorrente do ajuste do efeito caixa do contas a receber no faturamento do exercício corrente. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.8 **Classificação entre circulante e não circulante**

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes pela Companhia. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3 Resumo das políticas contábeis materiais e práticas contábeis

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício corrente e comparativo apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(a) Ativos financeiros

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

i. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável (vide nota 3.6). Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e com partes relacionadas, e caixas e equivalentes de caixa.

ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

iii. Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

(b) Passivos financeiros***i. Passivos financeiros não derivativos***

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com terceiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimento e aplicações pós-fixadas e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.4 Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização bem como consideram o provisionamento das receitas excedentes à contratada em leilão. A provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável), conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia e, portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme CPC 48.

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



3.5 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A Depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com a política interna global do grupo, que na avaliação da Administração melhor representa a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas na política, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques eólicos não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o período de autorização dos parques. Para os ativos atrelados aos parques eólicos, a vida útil estimada é de 25 anos.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado.

3.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(a) Gastos com projetos eólicos

Os gastos com desenvolvimentos de projetos eólicos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

Os gastos com projetos eólicos compreendem as licenças ambientais, de instalações, outorgas, contratos de fundiários dentre outras autorizações e gastos pertinentes aos projetos eólicos. Tais gastos são transferidos para o imobilizado quando a entrada em operação do parque e início de amortização.

(b) Software

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

3.7 Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

(a) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

A PECLD refere-se a uma estimativa contábil do reconhecimento das perdas de crédito esperadas. A companhia não reconhece a PECLD, visto que os contratos de receitas firmados possuem garantias que suportam a liquidação da receita.

A Companhia possui contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais, não estando exposta assim a elevados riscos de crédito. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou perdas relacionadas a ativos financeiros.

(b) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

3.8 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

A Companhia optou por apresentar os juros de empréstimos como atividade de financiamento nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2).

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

(a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.11 Passivo para descomissionamento

O passivo para descomissionamento é mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização dos parques eólicos, quais sejam: o desmantelamento dos materiais, equipamentos e instalações, que incorrerão ao término da vida útil econômica dos parques, tendo como contrapartida o imobilizado.

As premissas utilizadas são baseadas em informações atuais sobre custos e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração.

3.12 Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado a partir do momento que as SPEs entram em operação comercial.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, resultado com instrumentos financeiros derivativos, variações cambiais, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos a partir do momento que as SPEs entram em operação comercial.

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



Durante o período de construção dos parques, o resultado financeiro elegível à capitalização é capitalizado e integrado ao imobilizado do projeto.

3.13 Receita de contrato com cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

A Companhia reconhece as receitas de contratos com clientes são reconhecidas de acordo com que estabelece o CPC 47 – Receita de contrato com cliente. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”). O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**3.14 Tributos**

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita ao regime do lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

(a) Lucro presumido

A Companhia é classificada no lucro presumido e tem a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

3.15 Arrendamento

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um passivo de arrendamento (“arrendamento”). Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

(a) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

(b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

(c) **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo em seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.16 **Questões climáticas**

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras.

Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil de propriedade, planta e equipamento: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas e mudanças na demanda. Mesmo que a Companhia tenha concluído que nenhuma premissa relacionada às mudanças climáticas seja uma premissa-chave para o teste de *impairment* de 2024, a Companhia considerou expectativas de aumento nos custos de emissões, aumento na demanda por energia vendida pela unidade geradora de caixa e aumento de custos devido a requisitos mais rígidos de reciclagem nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os valores em uso.

3.17 **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

(a) **Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez**

A seguir, apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2024, que não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- CPC 26 / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos;
- CPC 03 / IAS 7: Demonstrações do Fluxo de Caixa; e

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



- CPC 40 / IFRS 7: Instrumentos Financeiros.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

(b) Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IAS 21 - Falta de conversibilidade: Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º. de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.
- IFRS 7 e IFRS 9 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- i. esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
 - ii. esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros (“SPPI test”), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
 - iii. adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
 - iv. atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”).
 - v. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.
- IFRS 7 e IFRS 9 – Contratos que tenham como referência energia e cuja energia dependa da natureza: Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como ‘contracts referencing nature-dependent electricity’. Portanto, se aplicam somente

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem:

- i. (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de 'own use';
- ii. (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge); e
- iii. (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para:

- i. medidas de desempenho definidas pela administração;
- ii. abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e
- iii. para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

- IFRS 19: Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Bancos	317.373	252.831
Total	317.373	252.831

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 18.

5 Títulos e valores mobiliários

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Títulos e valores mobiliários	15.858.762	9.725.391
	15.858.762	9.725.391

Referem-se substancialmente a títulos CDB renda fixa, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2024, sobre o DI CETIP ("CDI") de 99,55% (rentabilidade do FIC Soberano DI Santander).

As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**6 Contas a receber de clientes**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Contratos de energia	3.154.860	1.504.464
Contratos de mercado de curto prazo	112.162	1.025.244
Outras contas a receber	-	868.800
	<u>3.267.022</u>	<u>3.398.508</u>

- (i) A Companhia constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e medida através de relatório de medição mensal. O saldo do compromisso mensal tem um giro médio de 30 dias, contudo o excedente ao compromisso, conforme as regras do contrato, poderá ser recebido anualmente em 12 parcelas, 24 parcelas ou são compensados através do mecanismo de cessão de energia, ao fim do quadriênio ou compensado com eventuais déficits em relação ao compromisso dos anos contratuais seguintes.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de perda de crédito esperada

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)*

**7 Imobilizado**

	2024						
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adição	Transferência	Reversão	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Aerogeradores eólicos	4% a.a	312.942.489	25.340.584	-	(47.848.239)	(11.654.691)	278.780.143
Imobilizado em Andamento		-	3.108.322	-	-	-	3.108.322
Passivo para descomissionamento		-	562.830	-	-	-	562.830
Total		312.942.489	29.011.736	-	(47.848.239)	(11.654.691)	282.451.295
Custo		313.983.577					295.147.074
Depreciação acumulada		(1.041.088)					(12.695.779)
Imobilizado líquido		312.942.489					282.451.295

	2023					
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Aerogeradores eólicos	4% a.a	-	-	313.983.577	(1.041.088)	312.942.489
Instalações em construção		7.925.205	213.845.844	(221.771.049)	-	-
Capitalização do resultado financeiro (i)		1.659.342	3.359.538	(5.018.880)	-	-
Adiantamento para aquisição de ativos		87.193.648	-	(87.193.648)	-	-
Total		96.778.195	217.205.382	-	(1.041.088)	312.942.489
Custo		96.778.195				313.983.577
Depreciação acumulada		-				(1.041.088)
Imobilizado líquido		96.778.195				312.942.489

(i) Referem-se aos custos capitalizados, com base na evidência de benefício econômico futuro, durante a fase de desenvolvimento e construção dos parques eólicos e que são necessários para colocar o ativo no local e em condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração. Foram capitalizados despesas e receitas financeiras, tais como despesas bancárias, IOF, juros e rendimentos sobre o montante captado para construção dos ativos.

A Companhia efetuou uma avaliação de indicativos de *impairment* para os seus ativos conforme os indicadores previstos no CPC 01 (R1) e não identificou indícios de desvalorização para os seus ativos.

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)

**8 Tributos a recolher**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
PIS sobre faturamento	42.365	74.674
COFINS sobre faturamento	195.529	344.616
Tributos retidos na fonte	215.575	276.380
ICMS	355	-
	<u>453.824</u>	<u>695.670</u>

Os impostos e contribuições acima demonstrados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício demonstrado acima.

9 Contas a pagar

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Serviços prestados	74.695	1.628.818
Aquisição de imobilizado	3.239.450	5.272.427
Serviços de manutenção	2.227.331	-
Mercado de curto prazo a pagar	14.130	-
Custo com energia elétrica	8.923	-
TUST	4.368.546	-
Outros	146.489	-
	<u>10.079.563</u>	<u>6.901.245</u>

10 Empréstimos e financiamentos**10.1 BNB**

Em 31 de outubro de 2023, a Companhia Seridó XI firmou contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 132.001.325,31, dos quais R\$ 112.501.325,31 foram obtidos mediante linha de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e R\$ 19.500.000,00 da linha de crédito fornecida pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

Até 31 de dezembro de 2024, houve a liberação de R\$ 131.729.625,68, com 112.229.625,68 referente ao FNE e R\$ 19.500.000,00 referente ao AFD.

O objetivo desta captação foi para implantação (construção) do parque eólico.

Para a linha de crédito do FNE sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 4,37% a.a., com exigibilidade mensal, após o término do período de carência, em 15 de dezembro de 2024. O valor do principal será amortizado em 252 prestações mensais.

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Para a linha de crédito AFD sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 11% a.a., com exigibilidade semestral, a partir de 15 de abril de 2024. O valor do principal será amortizado em 20 prestações semestrais, iniciando o pagamento do principal em 15 de abril de 2025.

Abaixo, apresentamos as principais características:

	Moeda	Encargos anuais	Vencimentos	2024
Principal BNB PROINFRA	R\$	IPCA+2,21%	2024 a 2045	112.414.910
Juros - BNB				4.872.678
Custos de captação				(214.358)
Principal - AFD	R\$	IPCA+2,59%	2024 a 2042	19.508.102
Juros - AFD				621.413
				137.202.745
Passivo circulante				7.101.314
Passivo não circulante				130.101.431

A movimentação dos empréstimos encontra-se apresentada abaixo:

Saldo inicial em 01/01/2024	-
(+) Aquisição principal	132.001.325
(+) Juros apropriados	7.670.426
(-) Amortização juros	(2.176.334)
(-) Amortização principal	(78.314)
(-) Custo a amortizar	(214.358)
Saldo final em 31/12/2024	137.202.745

Garantias

O empréstimo conta com fianças bancárias emitidas pelo banco Bradesco.

Covenants

A Companhia possui cláusulas restritivas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida não descontados (principal e juros) a longo prazo são os seguintes:

Empréstimos e financiamentos	
2026	14.911.701
2027	16.099.797
2028	16.128.337
2029	15.727.990
2030 - 2036	109.269.684
Total	172.137.509

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**11 Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas**

A Companhia possui processos avaliados com perda possível, e, portanto, não estão registrados contabilmente, nos seguintes montantes:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Tributários	25.876	25.876
	<u>25.876</u>	<u>25.876</u>

11.1 Tributário

O processo refere-se a uma cobrança de multa equivalente a 100% do valor do ISS recolhido em atraso, a Companhia entrou com impugnação baseado no entendimento da desproporcionalidade da multa aplicada.

12 Patrimônio líquido**12.1 Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 182.365.202 (R\$ 140.987.593 em 2023), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, e está representado por 182.365.202 (140.987.594 em 31 de dezembro de 2023) (ações (ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme demonstrado abaixo

	<u>Participação%</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Acionistas			
Serra do Seridó F2 Holding S/A	100%	182.365.202	140.987.594
		<u>182.365.202</u>	<u>140.987.594</u>

13 Receita de vendas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita bruta de vendas de energia	40.707.427	3.649.705
Receita bruta	40.707.427	3.649.705
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(203.631)	(23.723)
COFINS	(939.834)	(109.491)
Total das deduções da receita bruta	(1.143.465)	(133.214)
Receita líquida de vendas	39.563.962	3.516.491

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**14 Custos das vendas**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Custos operacionais		
Seguros	(404.000)	-
Custos com alugueis	(522.209)	-
Custo com mercado de curto prazo - MCP	(2.292.119)	(33.513)
Aquisição de energia elétrica	(2.076.562)	-
Outros custos e serviços	(28.769)	-
	(5.323.659)	(33.513)
Impostos e taxas		
TUSD	(3.296.808)	(1.070.501)
Taxa de regulamentação	(100.540)	(48.497)
Impostos e taxas diversas	(586)	-
	(3.397.934)	(1.118.998)
Serviços de terceiros		
Serviços de consultoria	(1.741)	(39.706)
Manutenção das instalações	(2.164.468)	(417.572)
Serviços de telecomunicações	(122.141)	-
Outros serviços	-	(598)
	(2.288.350)	(457.876)
Depreciação e amortização		
Custo com depreciação	(11.654.691)	(1.041.088)
Custo com amortização do direito de uso	-	(1.224)
	(11.654.691)	(1.042.312)
Rateio de custos		
Salários	(619.111)	(304.439)
Previdência social	-	(70.826)
Serviços prestados pelo exterior	(37.470)	-
	(656.581)	(375.265)
Total dos custos de vendas	(23.321.215)	(3.027.964)

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



15 Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Despesas administrativas		
Despesas legais	(74.196)	(46.443)
Seguros (Despesas)	(1.368)	-
Outras despesas administrativas	(72.299)	(2.134)
	(147.863)	(48.577)
Impostos e taxas		
Multas	(32.789)	(80.098)
Imposto e taxas diversas	(84.550)	(2.190)
	(117.339)	(82.288)
Despesas com serviços prestados		
Honorários de contadores	(67.101)	(66.782)
Serviços de consultoria	(92.648)	(81.980)
Honorários de auditores	(25.320)	(10.893)
Honorários de advogados	-	(40.841)
Serviços de vigilância	(26.526)	-
Serviços de informática	(11.894)	-
Outros serviços (Despesas)	(9.880)	-
	(233.369)	(200.496)
Rateio de despesas		
Salários	-	(51.936)
Outros rateios	(34.903)	-
Serviços prestados pelo exterior	-	(39.955)
Impostos e taxas diversas	(17.525)	-
Outros custos	-	(27.568)
	(52.428)	(119.459)
Total das despesas administrativas	(550.999)	(450.820)

16 Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de títulos e valores mobiliários	1.491.256	61.606
	1.491.256	61.606
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos - parte relacionada	(9.201.308)	(860.855)
Juros de empréstimos e debentures	(7.670.426)	-

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Juros sobre outras operações	(24.102)	-
Juros sobre arrendamentos	-	(5.522)
Despesas bancárias	(103.400)	(344)
Garantias	(1.195)	-
Despesas com IOF	(290.345)	(160.793)
Custos com empréstimos e debêntures	(225.676)	-
Outras despesas financeiras	(387.401)	-
	(17.903.853)	(1.027.514)
Resultado financeiro	(16.412.597)	(965.908)

17 Imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Receita bruta de vendas	40.707.427	3.649.705
Variação do contas a receber	(131.486)	3.398.508
Efeito caixa das operações liquidadas	(1.159.473)	(3.648.550)
	39.416.468	3.399.663
Base presumida para o IRPJ (8%)	3.153.317	271.973
Base presumida para a CSLL (12%)	4.729.976	407.960
Receita financeira	1.491.256	61.606
Outras receitas	412	-
Diferenças temporárias de períodos anteriores - IRPJ	(60.748)	154.812
Diferenças temporárias de períodos anteriores - CSLL	(22.464)	154.812
Base de cálculo - IRPJ	4.584.237	-
Base de cálculo - CSLL	6.199.180	-
Total do imposto de renda corrente	1.122.058	110.098
Total da contribuição social corrente	557.926	56.193
Encargo fiscal	1.679.985	166.291
Despesa com IR e CS correntes	(1.701.244)	(52.217)
Despesa com IR e CS diferidos	21.259	(114.074)
	(1.679.985)	(166.291)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	4,26%	4,60%
	2024	2023

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**Imposto por natureza**

IRPJ e CSLL sobre faturamento (regime caixa)	1.193.805	31.688
IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras	507.027	20.529
IRPJ e CSLL sobre outras receitas	412	-
	1.701.244	52.217

18 Transações com partes relacionadas**18.1 Contas a receber**

	2024	2023
Parque Eólico Serra do Seridó X S.A.	8.380.050	-
Parque Eólico Serra do Seridó XII S.A.	9.789.136	-
Parque Eólico Serra do Seridó XIV S.A.	8.380.050	-
Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.	11.175.309	-
Parque Eólico Serra do Seridó XVII S.A.	8.380.050	-
	46.104.595	-

18.2 Contas a pagar

	2024	2023
EDF EN do Brasil Participações Ltda.(i)	2.859.793	2.704.695
Serra do Seridó F2 Holding S/A (ii)	1.119.359	1.119.359
	3.979.152	3.824.054

(i) Contrato entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda (“EDF EN Brasil”) referente ao repasse das despesas necessárias para a gestão e administração dos parques eólicos. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos e indiretos, despesas administrativas e despesas de deslocamento. Os valores em aberto referem-se às despesas de rateio da EDF EN Brasil cuja estimativa de liquidação é no decorrer do exercício de 2025.

(ii) Nota de débito relacionada a IOF s/ mútuo com operações entre a Holding e Acionista.

18.3 Empréstimos a pagar

	2024	2023
Serra do Seridó F2 Holding S/A	16.940.060	22.590.060

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



EDF EN do Brasil Participações Ltda.	-	1.277.156
EDF EN Funding	-	152.473.679
	16.940.060	176.340.895

Os montantes captados destinam-se à construção do parque eólico. Os empréstimos com partes relacionadas possuem vencimento em 31/12/2026.

A movimentação dos empréstimos é apresentada abaixo:

Saldo inicial em 01/01/2023	-
(+) Aquisição principal	277.965.570
(+) Juros capitalizados	3.036.229
(-) Amortização principal	(102.283.373)
(-) Amortização juros	(2.377.531)
Saldo final em 31/12/2023	176.340.895
Saldo inicial em 01/01/2024	176.340.895
(+) Aquisição principal	-
(+) Juros capitalizados	9.201.308
(-) Amortização principal	(158.742.137)
(-) Amortização juros	(9.860.007)
Saldo final em 31/12/2024	16.940.060

18.4 Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os exercícios de 2024 e 2023 a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora da Companhia, EDF EN Participações Ltda. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nestes períodos.

19 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme categorias abaixo:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativos		
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	317.373	252.831
Contas a receber	3.267.022	3.398.508
Adiantamentos a fornecedores	164.350	149.036
Contas a receber de partes relacionadas	46.104.595	-
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>		
Títulos e valores mobiliários	15.858.762	9.725.391
Passivos		
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>		
Contas a pagar	10.642.393	6.901.245
Contas a pagar a partes relacionadas	3.979.152	3.824.054
Empréstimos e financiamentos	137.202.745	-
Empréstimos com partes relacionadas	16.940.060	176.340.895
Passivo de arrendamento	202.812	209.958
Passivo para descomissionamento	562.830	-

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Títulos e valores mobiliários - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5).
- Caixa e bancos, contas a receber e contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas e dividendos a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos, financiamentos e arrendamentos - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Companhia, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

19.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativos		
Mensurados pelo custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	317.373	252.831
Contas a receber	3.267.022	3.398.508
Adiantamentos a fornecedores	164.350	149.036
Contas a receber de partes relacionadas	46.104.595	-
Valor justo por meio do resultado:		
Títulos e valores mobiliários	15.858.762	9.725.391

A Administração avaliou, segundo sua política de PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa), com base no CPC 48, concluiu que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

19.2 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia tem seu passivo substancialmente no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

19.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	2024		2023	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	10.079.563	-	6.901.245	-
Contas a pagar a partes relacionadas	3.979.152	-	3.824.054	-
Empréstimos e financiamentos	14.999.780	172.137.509	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	-	16.940.060	-	176340895
Passivo de arrendamento	7.147	150.087	44.956	1.213.812
Passivo para descomissionamento	-	562.830	-	-
	29.065.642	189.790.486	10.770.255	177.554.707

19.4 Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofrerem impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, quando aplicável.

19.5 Gestão de capital

A Companhia obtém recursos diretamente através de aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2024, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no IPCA médio para 2024 publicado pelo sistema de expectativas do Banco Central em 30 de dezembro de 2024, cuja valor definido foi de 4,99% a.a., sendo esta definida como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto).

Abaixo, o resultado:

Operação	Saldo de Financiamento		Juros Projetados para 2025		
	2024	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiros					
BNB	137.202.745	IPCA	14.216.712	15.124.110	16.031.885

20 Compromissos assumidos

20.1 Compromissos com fornecedores

A Companhia possui contratos assinados para fornecimento de equipamentos para o ano de 2025, celebrados substancialmente em reais, cujos valores estão distribuídos da seguinte forma:

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



	<u>2025</u>
WTG – Fornecimento de turbinas	2.244.576
Electrical - Serviços de instalação e montagem elétrica	259.338
Civil – Serviços de Construção	1.177.489
	<u>3.681.403</u>

20.2 Contratos de venda de energia elétrica

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme contratos celebrados, demonstrados abaixo:

	<u>2025</u>	<u>2026-2037</u>
ACL Volume [MWh]	200.030	2.139.373
ACL Preço [R\$/MWh]	194	188
Subtotal [R\$]	38.883.597	401.416.070
Total [R\$]	<u>38.883.597</u>	<u>401.416.070</u>

21 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a, seguradora definida por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Riscos Nomeados e Operacionais

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 3.208.530.354 tendo como vigência o período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. Por oportunidade e necessidade, e com a mesma cobertura e vigência, o seguro foi renovado para o período 31 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2025.

Coberturas**Importância seguradas**

Lucro cessantes e danos materiais

R\$ 3.208.530.354

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 94.179.245 tendo como vigência o período de 31 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2025.

Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**Coberturas****Importâncias
seguradas**

Empregador, Companhia concessionária ou não de
serviços públicos - energia, responsabilidade civil
Cruzada, poluição súbita e acidental

R\$ 94.179.245

22 Eventos Subsequentes

Em 10/02/2025 a Seridó XI realizou o pagamento parcial do mútuo com a Serra do Seridó F2 Holding no montante de R\$2.000.000,00


Certificate Of Completion

Envelope Id: AD45C95D-40AA-4CE0-99F1-524AC0E59F6F	Status: Completed
Subject: Complete with Docusign: DF's_Serra do Seridó XI S.A._Dez_24..pdf	
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)	
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables	
Source Envelope:	
Document Pages: 41	Signatures: 1
Certificate Pages: 2	Initials: 0
AutoNav: Enabled	
Envelopeld Stamping: Enabled	Envelope Originator:
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia	Felipe Azevedo
	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
	felipe.azevedo@pwc.com
	IP Address: 134.238.159.50

Record Tracking

Status: Original 28 March 2025 17:12	Holder: Felipe Azevedo felipe.azevedo@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 28 March 2025 18:13	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Signer Events	Signature	Timestamp
Patrício Marques Roche patricio.roche@pwc.com Sócio PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate Signature Provider Details: Signature Type: ICP Smart Card Signature Issuer: AC SyngularID Multipla Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via Docusign	 <p>DocuSigned by: AA780542972D492...</p> <p>Signature Adoption: Drawn on Device Using IP Address: 134.238.160.200</p>	Sent: 28 March 2025 17:16 Viewed: 28 March 2025 18:12 Signed: 28 March 2025 18:13

In Person Signer Events

Editor Delivery Events

Agent Delivery Events

Intermediary Delivery Events

Certified Delivery Events

Carbon Copy Events

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Felipe Azevedo felipe.azevedo@pwc.com PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None) Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via Docusign	<div style="border: 2px solid blue; padding: 5px; display: inline-block; font-weight: bold; color: blue;">COPIED</div>	Sent: 28 March 2025 18:13 Viewed: 28 March 2025 18:13 Signed: 28 March 2025 18:13

Witness Events

Notary Events

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	28 March 2025 17:16
Certified Delivered	Security Checked	28 March 2025 18:12
Signing Complete	Security Checked	28 March 2025 18:13
Completed	Security Checked	28 March 2025 18:13

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------